A PERMANÊNCIA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UESB: SENTIDOS E PERSPECTIVAS POLÍTICAS

Maria Emília de Andrade Santos Botelho
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-9992-913X
Endereço eletrônico: mariaemiliaandrade29@gmail.com

Fernanda Nascimento de Melo Lima1
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-0573-4569
Endereço eletrônico: fernandamellolima@hotmail.com

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado; educação especial; ensino superior, permanência estudantil.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a expansão das políticas públicas de democratização do acesso ao Ensino Superior brasileiro tem promovido um aumento significativo do ingresso de estudantes público da Educação Especial nas instituições de educação superior. Esse avanço decorre da consolidação de marcos legais e normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei nº 14.254/2021, que reafirmam o direito à educação em todos os níveis de ensino e asseguram condições de igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência. Entretanto, embora o acesso ao Ensino Superior tenha sido ampliado, a permanência dos estudantes da Educação Especial ainda representa um dos maiores desafios para as instituições de ensino.

A permanência envolve um conjunto de condições materiais, pedagógicas, sociais e institucionais que favorecem não apenas a continuidade dos estudos, mas também a participação efetiva, o desenvolvimento acadêmico e a conclusão dos cursos. Nesse contexto,

torna-se evidente que garantir o ingresso não é suficiente; faz-se necessário assegurar condições que eliminem barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e, sobretudo, atitudinais, historicamente presentes no ambiente universitário. Entre as estratégias voltadas ao fortalecimento da permanência destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), compreendido como um serviço que identifica, organiza e disponibiliza recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de eliminar ou minimizar barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes.

Embora consolidado como política pública na Educação Básica, o AEE no Ensino Superior ainda se encontra em processo de construção, apresentando diferentes formas de organização entre as instituições e desafios relacionados à estrutura física, aos recursos de tecnologia assistiva, à formação dos profissionais e à institucionalização de práticas inclusivas. Nesse cenário, o Estado do Conhecimento configura-se como uma importante estratégia metodológica para compreender como determinada temática vem sendo investigada pela comunidade científica.

Segundo Romanowski e Ens (2006), Ferreira (2002), Soares e Maciel (2000) e Vosgerau e Romanowski (2014), esse tipo de estudo possibilita mapear tendências investigativas, referenciais teóricos, procedimentos metodológicos, avanços científicos e lacunas existentes em um campo de pesquisa, contribuindo para o fortalecimento da produção do conhecimento e para o delineamento de novas investigações. Assim, o estudo tem como objetivo sistematizar e analisar criticamente a produção acadêmica referente ao Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior, com ênfase na permanência dos estudantes da Educação Especial.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida na modalidade Estado do Conhecimento, com o objetivo de sistematizar e analisar a produção acadêmica sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a permanência de estudantes da Educação Especial no Ensino Superior. O levantamento foi realizado nas bases Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) **e** Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, considerando o período de 2015 a 2024. A busca utilizou os descritores *Atendimento Educacional Especializado*, *Permanência no Ensino Superior* e

Permanência, combinados com o operador booleano AND**.** Foram adotados critérios de inclusão e exclusão, selecionando apenas produções disponíveis na íntegra, em língua portuguesa e relacionadas ao objeto da pesquisa. Após a leitura dos títulos, resumos e textos completos, o *corpus* foi constituído por 26 estudos**,** sendo 24 dissertações e duas teses**.** A organização dos dados considerou informações referentes ao ano de publicação, instituição, região, temática, público-alvo e referenciais teóricos. A análise fundamentou-se na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011)**,** permitindo a identificação das principais categorias temáticas presentes nas produções selecionadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise, composta por 26 produções (24 dissertações e duas teses), evidenciou um crescimento das pesquisas sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Ensino Superior, sobretudo nos últimos anos, refletindo o fortalecimento das políticas de inclusão e acessibilidade. Entretanto, observou-se que a produção científica ainda é limitada quando relacionada especificamente à permanência dos estudantes da Educação Especial.

Os estudos analisados foram organizados em três categorias: (I) perfil das produções acadêmicas**,** evidenciando concentração de pesquisas nas regiões Sul e Sudeste e predominância de dissertações; (II) Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior, destacando os Núcleos de Acessibilidade como principais responsáveis pela oferta de recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e acompanhamento aos estudantes; e (III) permanência dos estudantes da Educação Especial, categoria que revelou desafios relacionados às barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, bem como à insuficiência de recursos humanos e institucionais.

Os resultados corroboram os estudos de Romanowski e Ens (2006), Ferreira (2002) e Vosgerau e Romanowski (2014), ao demonstrarem que o Estado do Conhecimento possibilita identificar avanços e lacunas da produção científica. Verificou-se que, embora o AEE seja reconhecido como estratégia importante para a permanência acadêmica, ainda existem fragilidades na institucionalização desse serviço no Ensino Superior, indicando a necessidade de ampliação das pesquisas e do fortalecimento das políticas institucionais de inclusão.

CONCLUSÕES

Os resultados demonstram que o AEE constitui um importante suporte para a permanência acadêmica, sobretudo por meio da atuação dos Núcleos de Acessibilidade, da oferta de recursos de acessibilidade e do acompanhamento especializado. Entretanto, persistem desafios relacionados à consolidação de políticas institucionais, à ampliação dos serviços de apoio e à eliminação das barreiras que limitam a participação plena desses estudantes. Conclui-se que o estudo contribui para a compreensão do panorama das pesquisas sobre a temática, evidencia lacunas que demandam novas investigações e reforça a necessidade de fortalecer ações institucionais que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes público da Educação Especial no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1º dez. 2021.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação e Sociedade,** Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas**. Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.